

CONDICIONALIDADE E ACESSO À EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS E LEITURAS A PARTIR DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

NARA ITLA AMANDO DE SIQUEIRA

Mestranda – Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares,
Universidade de Pernambuco/Campus Petrolina, nara.itlasiqueira@upe.br.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo constitui-se no desdobramento de uma pesquisa acerca das condicionalidades e acesso à educação no cenário brasileiro e, mais especificamente, sobre as contribuições à Educação do Programa Bolsa Família (PBF), aprofundadas, no contexto dos desafios contemporâneos da educação, a partir de uma investigação em curso na cidade de Petrolina, Pernambuco.

A ideia de condicionalidade surge como forma de agregar as famílias a agentes envolvidos na dinâmica do PBF sobre situações de baixa frequência ou infrequência escolar, visando a garantia de acompanhamento, acesso e a afirmação de direitos básicos. No entanto, quais as nuances que perpassam o referido princípio? De tal modo, o estudo tem como objetivo geral compreender as ideias de acesso e condicionalidade, no âmbito do PBF e, como objetivo específico, investigar as discussões sobre tais conceitos no contexto das políticas de transferência de renda e para as ações educacionais brasileiras, problematizando os motivos e as tendências que organizam e fundamentam e subsidiam a condicionalidade e acesso à educação.

2. METODOLOGIA

O estudo é instrumentalizado e organizado a partir de uma pesquisa exploratória, baseada no levantamento bibliográfico, numa abordagem qualitativa (BAUER, GASKELL, 2008), para apreensão do estado da arte sobre a origem das discussões acerca do acesso e das condicionalidades no ensino brasileiro, inferindo-se, reflexões sobre a influência das questões socioeconômicas e culturais, no âmbito da desigualdade e do acesso real à educação básica.

3. RESULTADOS OU CONCLUSÕES

As discrepâncias de renda e oportunidades tornaram, ao longo do tempo, a ação do Estado determinante para diminuir as desigualdades sociais. Evidências históricas apontam que a questão social ganhou maior objetividade a partir dos anos 2000 no campo da educação brasileira, o que redundou na construção e ampliação da rede de assistência social não só no Brasil, mas na América Latina (ARRAIS, 2016). Nesta direção é que o Programa Bolsa Família, implementado pelo Governo brasileiro,

em 2003, instituiu a noção de condicionalidade como elemento à permanência da criança na escola, com a exigência de uma frequência mínima de 85%, focalizada nas famílias com renda inferior a R\$ 90,00, em 2001, quando foi criado (ABRAS, SÁ, 2016).

Assim, os Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC), como é o caso do Programa Bolsa Família, vêm sendo implementados, sobretudo em países em desenvolvimento, como forma de contribuir para o enfrentamento à pobreza, no curto prazo, e promover o acúmulo de capital humano de forma duradoura. O acesso e, posteriormente, as condicionalidades constituem-se estratégias para promover o direito à educação, os serviços de saúde e de assistência social, além de realçarem as responsabilidades do Poder Público na oferta de serviços e para a promoção de direitos básicos (SIMÕES, 2012).

Os efeitos positivos dos PTRC, na matrícula e na frequência escolar, os quais são, portanto, um investimento e contributo válido para a formação de capital humano. O resultado na aprendizagem, observado em pesquisas recentes, torna-se a principal variável acerca do debate sobre a condicionalidade – o paradigma mais desafiador a ser investigado e problematizado em relação às possíveis contribuições dos PTRC à educação. As contribuições induzidas pelo PBF e suas condicionalidades e, mais especificamente, pela condicionalidade da educação, devem ser percebidas para além da presença de crianças, adolescentes e jovens no ambiente escolar (LEITE, FONSECA, HOLANDA, 2019).

É preciso, para ser construída uma visão holística sobre o assunto, que os sentidos, os significados e as intencionalidades que esta presença suscita em suas vidas seja metaforizada enquanto uma janela de oportunidades. O acesso e a permanência dos(as) estudantes na escola necessitam ser refletidos não de modo objetivo, mas, num aspecto bastante amplo quanto ao sentido maior da condicionalidade, que é a garantia do direito à educação e o acesso a outras garantias básicas para o exercício da cidadania (SANTOS, 2019).

No Brasil, no âmbito das políticas públicas para a educação, verifica-se a retração de políticas universais, tendendo para a focalização das diferentes políticas sociais, o que se configura uma prática comum e se dá “em nome da eficácia do gasto público”, conforme ressalta Lavinas (2004, p. 23). A autora enfatiza que as políticas redistributivas universais deveriam caminhar para garantir a redução da desigualdade social, por meio de uma renda básica universal, capaz de promover “efeitos substantivos na redução da desigualdade no país”.

Portanto, as reflexões construídas a partir desta revisão contribuem significativamente para melhor compreensão da estrutura do PBF e de como a noção de acesso e condicionalidade são determinantes para a referida política e para o direito à educação, particularmente. A contextualização, enquanto política de Estado, dimensiona os sentidos que a formação humana vincula à questão social.

Palavras-chave: Condicionalidades. Bolsa Família. Educação.

REFERÊNCIAS

ABRAS, Ingrid Brenda; SÁ, Michele Aparecida de. Programa Bolsa Família: educação de crianças e adolescentes em situação de pobreza em idade escolar. **Revista Formação@docente**, Belo Horizonte, v. 8, jul./dez., 2016.

ARRAIS, Tadeu Alencar. O Bolsa Família e a tradução regional da questão social. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros [online]**, 2016, n. 65, p. 200-226. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i65p200-226>.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LAVINAS, L. **Excepcionalidade e paradoxo: renda básica versus programas de transferência direta de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

LEITE, Cristiane Kerches da Silva; FONSECA, Francisco César Pinto da; HOLANDA, Bruna de Moraes. Imagens e narrativas do Bolsa Família: análise da retórica da grande imprensa. **Revista de Administração Pública [online]**, 2019, v. 53, n. 5, p. 879-898. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180383>.

SANTOS, Mariana Cristina Silva, *et al.* Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**, v. 24, n. 6, p. 2233-2247, 2019. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018246.19582017>.

SILVA, Hilda Maria Gonçalves da. A condição socioeconômica e cultural e o acesso à Educação Básica. *In: SILVA, Hilda Maria Gonçalves da, et al.* (orgs.) **Desafios contemporâneos da educação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 177-192.

SIMÕES, Armando Amorim. A contribuição do Programa Bolsa Família para o desempenho escolar das crianças pobres no Brasil. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, v. 4, p. 4-39, 2012. <http://dx.doi.org/10.4322/rbma201204002>.